

Constituinte acata interesses de ministérios militares

Franklin Martins

BRASÍLIA — Os ministérios militares ganharam ou estão ganhando praticamente tudo o que queriam na nova Constituição, desde os temas considerados prioritários — como a definição do papel das Forças Armadas, a rejeição da tese do Ministério de Defesa ou a anistia para oficiais, suboficiais e praças cassados — até itens menos polêmicos, como o serviço militar ou o pagamento de royalties à Marinha pela extração de petróleo na plataforma continental.

Apesar disso, os assessores parlamentares que fazem o lobby das Forças Armadas na Constituinte preferem manter uma atitude de discreta expectativa, evitando comemorações. "Sigo a máxima indiana que diz que só se deve descalçar as sandálias na margem do rio", explica o general Werlon Coaracy de Roure, que chefia o escritório do Exército no 25º andar da Câmara de Deputados, ao lado das salas ocupadas pelas assessoria parlamentares da Marinha, da Aeronáutica e do Estado Maior das Forças Armadas.

Roure, promovido a general há cerca de dez dias, caroneando mais de vinte coronéis à sua frente na lista de ascensão, dificilmente terá surpresas até o final da Constituinte. Todas as questões estão decididas, à exceção da anistia para os marinheiros, onde ainda há possibilidade de novidades.

Competência — "Os assessores parlamentares das Forças Armadas demonstraram competência, preparo e capacidade política", avalia o deputado Antônio Britto (RS), vice-líder do PMDB que desde a fase das subcomissões participou das negociações políticas sobre os temas que afetam os militares. "Se eu tivesse de formar uma empresa de lobby, era o pessoal que eu contrataria", brinca o parlamentar gaúcho.

Por mais que esses assessores parlamentares tenham sido eficientes, no entanto, seria uma ingenuidade atribuir principalmente a eles os resultados obtidos. Roure e seus colegas cumpriram bem a missão de patrulhas avançadas, reconhecendo o terreno, desarmando obstáculos, recolhendo informações e detectando aliados e adversários. Mas as batalhas decisivas foram resolvidas graças ao extraordinário poder de fogo dos altos comandos militares na vida política nacional. Não é à toa que as principais questões de interesse das Forças Armadas, antes de serem votadas pelos constituintes foram acertadas com o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, da Marinha, Henrique Sabóia, e da Aeronáutica, Moreira Lima.

Alianças — Nessas questões, formou-se uma sólida maioria na Constituinte, composta pelo centro-esquerda e a direita, isolando a esquerda. Se em outros assuntos a aliança preferencial do líder do PMDB, Mário Covas, foi com os partidos e grupos progressistas, nos temas militares os interlocutores privilegiados foram os setores conservadores. As negociações podem até ter sido difíceis e penosas, mas nunca ultrapassaram os limites do círculo de ferro das posições originais das Forças Armadas.

As várias etapas do processo de elaboração da nova Carta facilitaram inclusive a reconsideração de decisões que desagradaram as Forças Armadas. A Sistematização, por exemplo, proibiu terminantemente a pena de morte, enquanto os militares queriam que ela fosse admitida em tempos de guerra. O plenário da Constituinte, por ampla maioria, modificou a decisão. No caso do dispositivo que definiu como crime inafiançável e insuscetível de anistia a tortura, ocorreu o mesmo. O plenário colocou o terrorismo na mesma categoria.

Imposto — Mantendo, pelas definições da nova Constituição, suas posições atuais na sociedade, os militares, individualmente, porém, sofreram uma baixa. Como os civis, passarão a pagar imposto de renda sobre todos os seus vencimentos, apesar de alguns constituintes acharem que a redação do texto é confusa, podendo dar margem à interpretação de que só o soldo — sem as vantagens e gratificações — será taxado. Roure garante que o texto não privilegia os militares. "Vamos pagar imposto de renda sobre tudo o que ganhamos, como todo mundo".

Essa igualdade de seus integrantes com os outros trabalhadores não se estende, de acordo com o que foi aprovado, ao plano das relações entre as diversas esferas da administração pública. As Forças Armadas, pelo menos até agora, conseguiram manter os Fundos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, destinados entre outras coisas ao reequipamento militar, fora do Orçamento da União e, portanto, livres de apreciação direta do Congresso Nacional. Esses fundos, formados principalmente por dotações orçamentárias, dispõem de grande volume de recursos. Na Sistematização, a questão não despertou a atenção de ninguém, mas há destaque para discuti-la no plenário.

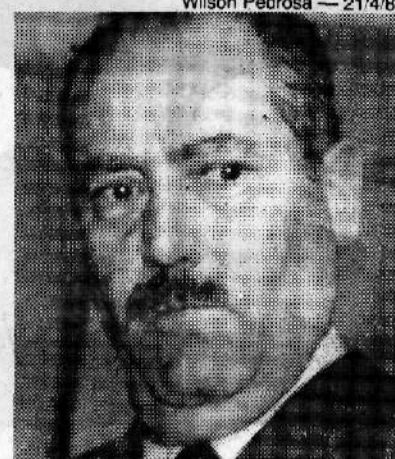
O capítulo das verbas não se esgota aí. A Marinha poderá reforçar seu caixa com royalties da extração de petróleo e gás natural na plataforma continental e na geração de energia hidrelétrica em rios que banhem mais de um estado ou que façam limites com outros países.



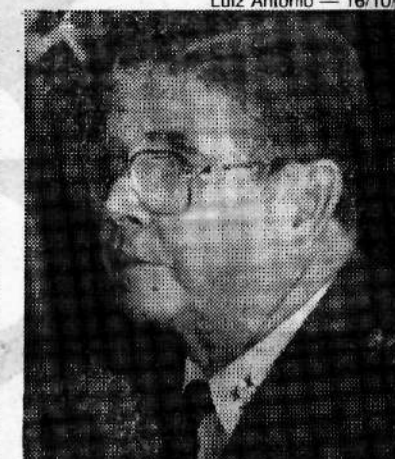
Leônidas, Exército



Sabóia, Marinha



Moreira Lima, Aeronáutica

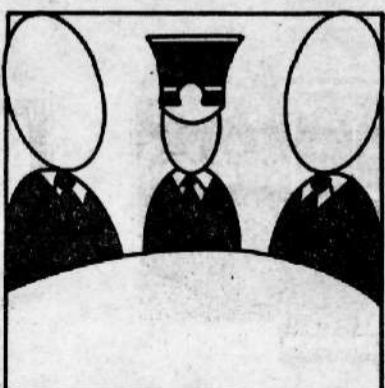


Camarinha, Emf.

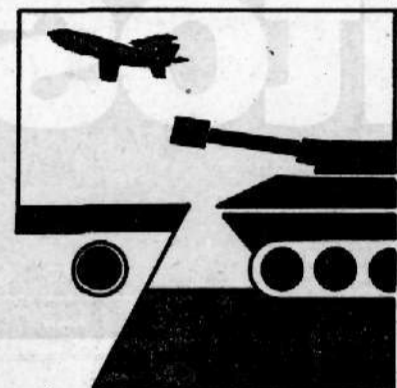
As vitórias obtidas pelas Forças Armadas



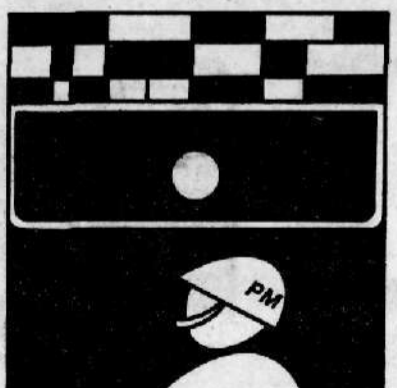
Papel das Forças Armadas — O maior temor dos ministros militares na Constituinte era que a missão das Forças Armadas ficasse restrita à defesa externa, sem que lhes fosse atribuída também a tarefa de garantir, internamente, "a lei e a ordem". Inicialmente a definição do papel político dos militares encontrou bastante resistência no PMDB e na esquerda, preocupados com a possibilidade de que o texto abrisse espaço para justificar eventuais golpes militares. Depois, foi encontrada uma fórmula intermediária, por inspiração do senador Fernando Henrique Cardoso: as Forças Armadas só poderão intervir para garantir a lei e a ordem a pedido de um dos poderes constitucionais. O acordo foi selado na casa do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, e não deve sofrer mais nenhuma modificação.



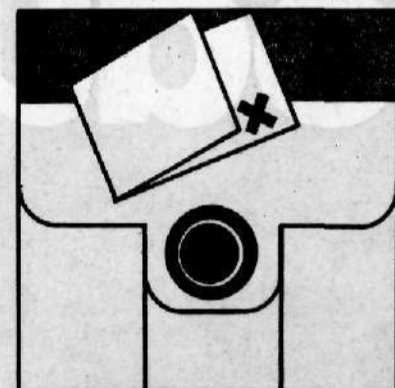
Conselho de Segurança — Uma meia vitória dos militares, que queriam manter o Conselho de Segurança Nacional nos moldes em que ele existe hoje, deixando a regulamentação de sua competência para lei posterior. A esquerda pretendia abolir o CSN. A Sistematização optou por uma solução a meio caminho entre os dois extremos: a criação do Conselho de Defesa Nacional, para assessorar o presidente nos assuntos relacionados com a soberania do país e a defesa do estado democrático. As atribuições desse órgão são delimitadas e menos amplas do que as do CSN. Sua composição é predominantemente civil.



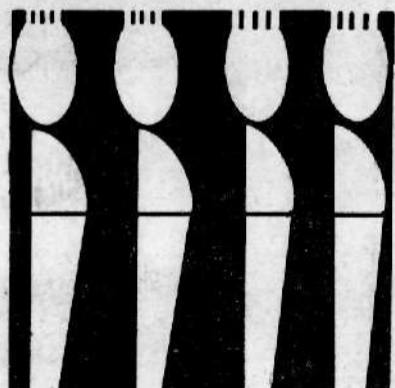
Ministério da Defesa — Outra preocupação dos militares era com a tese da esquerda de criação do Ministério da Defesa, que implicaria a supressão dos ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica. Foi uma batalha vencida sem muitos tiros. Já na subcomissão da Constituinte que tratou do tema, a esquerda ficou isolada. A liderança do PMDB rendeu-se aos argumentos de que o novo ministério não era necessário para unificar operacionalmente as três Forças, porque essa tarefa já é cumprida pelo Emf; além disso, do ponto de vista político, poderia distanciar os comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica da autoridade do presidente e estimular disputas entre as diferentes corporações, cada uma com seus cacoetes e aspirações.



Policias Militares — Outra meia vitória, não propriamente das Forças Armadas, mas do Exército, que buscava garantir um grau bastante elevado de subordinação das PMs a seu comando. Conseguiu, quase por consenso, que as PMs fossem consideradas como forças auxiliares, reserva do Exército. Mas o texto aprovado pelo plenário da Constituinte, depois de muitas idas e vindas desde as subcomissões até a Sistematização, define uma subordinação menos rigorosa do que a originalmente pretendida pelos militares.



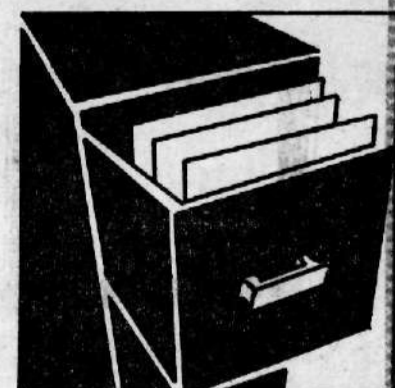
Participação Política — Por consenso, cabos e soldados profissionais poderão votar e ser votados, uma conquista democrática. Os não-profissionais, conscritos, porém, continuam impedidos — o que despertou resistências da esquerda. Os militares que tenham dez anos na ativa, se candidatos, serão agregados. Perdendo as eleições, retornam ao quadro efetivo. Vitoriosos nas urnas, passam para a reserva. O militar que tiver menos de dez anos de serviço ativo, no entanto, deve deixar as fileiras para ser candidato. Essa discriminação quase foi derrubada no plenário, através de emenda do deputado de esquerda do PMDB Paulo Ramos (RJ). Mas, por preconceito, a direita não acreditou que a proposta tinha o apoio do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) e dos assessores parlamentares das Forças Armadas, e votou contra. Só se deu conta do erro depois.



Serviço Militar — Um ponto que foi resolvido pela negociação e chegou ao consenso na Constituinte, com o endosso das Forças Armadas. O serviço militar é obrigatório. Mulheres e eclesiásticos estão isentos. Os que alegarem motivos de consciência ou religiosos para não prestar serviço militar — caso, por exemplo, dos testemunhas de Jeová — não perderão mais seus direitos políticos, como ocorre hoje. Receberão atribuições não-militares — como trabalhar em hospitais —, a critério de cada uma das Forças.



Anistia — Até agora os ministros militares estão ganhando de três a zero dos militares cassados: a Constituinte não aprovou a reintegração dos punidos nas Forças Armadas o pagamento de atrasados e a anistia para os marinheiros. O plenário ainda vai deliberar sobre a questão, mas a avaliação predominante é de que os dois primeiros itens certamente não apresentarão novidades. A anistia para os marinheiros enfrentará muita resistência dos setores conservadores, porque a Marinha é intransigentemente contra o benefício, mas tem alguma chance de passar. A liderança do PMDB garante que votará a favor. Na última semana, o deputado Ulysses Guimarães disse a vários interlocutores que está preocupado com o tema, que considera um dos mais explosivos da Constituinte. Tem toda razão. Na Sistematização, o PMDB recuou na hora H.



Arquivos Secretos — Os assessores militares não se movimentaram ostensivamente contra a aprovação no plenário da emenda do deputado Pimenta da Veiga (ex-PMDB-MG), que permitia o acesso a qualquer documento oficial 30 anos depois de sua elaboração. Mas as Forças Armadas ficaram satisfeitas com a rejeição da proposta. A emenda quase passou, mas foi derrotada pelo baixo quórum do plenário e pela pressão do Itamaraty. O senador Fernando Henrique Cardoso foi sensível aos argumentos dos diplomatas de que não convém ao Brasil abrir arquivos oficiais, a começar pelo da Guerra do Paraguai, e conseguiu mudar alguns votos. (F.M.)